

OS DESDOBRAMENTOS SOCIOECONÔMICOS DA CRISE DO CAFÉ NAS PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE DRACENA (SP)¹

THE SOCIOECONOMIC SCROLLING OF COFFEE CRISIS IN SMALL RURAL PROPERTIES OF THE CITY OF DRACENA (SP)

Leandro Reginaldo Maximino Lelis

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMS de Três Lagoas
sukko51@hotmail.com

Rosangela Aparecida de Medeiros Hespagnol

Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP de Presidente Prudente
medeiroshespagnol@yahoo.com.br

Resumo

A crise do café da década de 1980 atingiu profundamente o município de Dracena, tendo em vista que a cafeicultura tinha importância econômica e social significativa para essa localidade. As décadas de 1980 e 1990 foram extremamente difíceis para os pequenos proprietários rurais, entretanto, observamos que a partir da década de 2000, a situação passou a melhorar, principalmente em função das políticas públicas implementadas, que passaram a atender as necessidades deles com maior eficiência. Apesar da melhoria verificada a partir da década de 2000, a situação ainda não é a ideal, haja vista que muitos proprietários pesquisados se mostraram insatisfeitos com as atuais condições nas quais eles se encontram. Nesse contexto, constatamos que a atuação e a articulação dos governos federal, estadual e municipal são imprescindíveis para que sejam proporcionadas condições dignas para a reprodução social dos pequenos proprietários e de seus dependentes na zona rural.

Palavras-chave: Crise. Café. Pequenos proprietários rurais. Políticas públicas. Dracena.

Abstract

The coffee crisis of the 1980s hit deeply the city of Dracena, considering that the coffee had significant social and economic importance to this location. The 1980s and 1990s were extremely difficult for small landowners, however, observed that as from the 2000s, the situation began to improve, mainly due to public policies implemented, which began to answer, their needs with greater efficiency. Despite improvement verified from the 2000s, the situation is still not ideal, has seen that many owners surveyed expressed dissatisfaction with the current conditions in which they find themselves. In this context, we note that the performance and the articulation of federal, state and municipal governments are essential so that they are proportionate decent conditions to social reproduction of small owners and their dependents in the countryside.

Keywords: Crisis. Coffee. Small landowners. Public politics. Dracena.

Introdução

A formação socioespacial do município de Dracena, bem como o seu crescimento econômico, foram proporcionados pela expansão da cafeicultura para o oeste do Estado de São Paulo. Nesse sentido, a cultura cafeeira figurava como o carro-chefe da economia local. Tal situação foi alterada durante a década de 1980, período em que a crise da referida cultura fez com que o município passasse por um momento econômico extremamente difícil.

O declínio da lavoura cafeeira na região e no município de Dracena trouxe grandes problemas para a mão-de-obra, já que a demanda não absorvia os trabalhadores existentes. Aqueles que conseguiam empregos nas atividades agropecuárias, normalmente ganhavam menos do que nas épocas de prosperidade da cafeicultura. Com a falta de empregos e a diminuição dos salários e rendimentos, o trabalhador acabou deixando o meio rural em direção à cidade em busca de empregos e melhores condições salariais, já que as perspectivas econômicas e sociais no campo eram de tempos difíceis.

Os que ainda resistem no campo, normalmente, são os pais de família que possuem pequenas propriedades rurais. Os filhos, descontentes com a falta de oportunidades e com a baixa remuneração, foram para a cidade em busca de novas alternativas, enquanto que seus pais continuam na zona rural, motivados, principalmente, pela relação de identidade criada com a terra e o lugar. Esse processo de migração campo-cidade dos mais jovens acabou por resultar na permanência dos mais idosos no meio rural, o que culminou no envelhecimento da maior parte da população rural.

A redução nas áreas cultivadas e no volume do principal produto gerador de renda no município norteou novos rumos para a escala local, bem como para os pequenos proprietários rurais. O município, que até a década de 1980, experimentava os benefícios e o crescimento proporcionados pelo café, se viu obrigado, após a década de 1980, a buscar novas estratégias para diminuir os impactos causados pela crise e continuar crescendo. Nesse contexto, os pequenos proprietários rurais de Dracena também tiveram de adequar-se a essa nova situação para conseguirem permanecer na zona rural.

Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar os desdobramentos socioeconômicos que a crise do café da década de 1980 proporcionou aos pequenos

proprietários rurais do município de Dracena nas últimas décadas. Para a consecução desta pesquisa realizamos os seguintes procedimentos metodológicos: a) levantamento bibliográfico; b) coleta de dados de fontes secundárias; c) trabalho de campo para a realização de entrevistas com os principais líderes² do setor agropecuário do município; e para a aplicação de questionário aberto³ a 21 (vinte e um)⁴ pequenos proprietários rurais que possuem entre 5 (cinco) e 20 (vinte) hectares de terra; e, por fim, d) sistematização e análise dos dados levantados com base nas reflexões bibliográficas.

As transformações do espaço rural brasileiro

O campo sempre enfrentou problemas relacionados aos aspectos econômicos e sociais que foram proporcionados por processos que ocorreram ao longo da história, e que acabaram alterando sua dinâmica. A urbanização e a industrialização foram alguns destes processos que atuaram no meio rural, provocando uma profunda crise na sociedade rural (DURHAN, 1978).

Com a intensificação das relações entre o campo e a cidade, aquele passou a ter uma dependência maior em relação à cidade. Nesse sentido, Portela afirma que:

A urbanização não consiste apenas somente num crescimento das cidades; ela implica uma série de outras transformações, tais como a dependência do campo em relação à cidade e transformação de um sistema integrado de cidades, também conhecido como rede urbana (PORTELA, 1995, p. 17).

Durhan também aborda esses processos. Para a autora, a industrialização e a urbanização proporcionaram uma transformação na sociedade do ponto de vista econômico e social. Segundo Durhan:

A industrialização e a urbanização significaram a quebra de isolamento das comunidades tradicionais, a crise do sistema produtivo rural e da estrutura tradicional de autoridade, a negação dos velhos valores, a adoção de novos padrões de comportamento (DURHAN, 1978, p. 8).

Para Damiani (2006, p. 145): “O processo geral de urbanização é um fenômeno múltiplo, diferenciado e multidimensional, de caráter mundial”. Esse processo de urbanização ocorreu no mundo, o que se diferenciou foi a velocidade com que esse fenômeno ocorreu nas diferentes regiões. Os países subdesenvolvidos apresentaram um processo de urbanização mais rápido em relação aos países desenvolvidos. Enquanto

nos países desenvolvidos, a população urbana foi multiplicada por 2,5 entre 1920 e 1980; nos países subdesenvolvidos, o multiplicador se aproxima de seis. Esse foi o caso do Brasil, que passou por um processo de urbanização avassalador. (SANTOS, 1988). “No caso do Brasil, a população urbana é praticamente multiplicada por cinco nos últimos trinta e cinco anos e por mais de três nos últimos vinte e cinco anos” (SANTOS, 1988, p. 42).

É claro que essa transformação não ocorreu de forma homogênea em todo o país, já que o Brasil possui um território com dimensões continentais, porém, não se pode negar que o campo está cada vez mais ligado à cidade, mesmo mantendo parte de suas características. Segundo Araújo *et al.* (2008, p. 115), o rural é: “[...] um espaço que influencia e é influenciado pelo urbano, que incorpora valores urbanos, mas mantendo valores rurais”. Carneiro também compartilha desse ponto de vista, pois para a autora:

Ainda que os efeitos da expansão da “racionalidade urbana” sobre o campo, provocada pela generalização da lógica do processo de trabalho e da produção capitalista intensificados pelos mecanismos da globalização, não possam, de forma alguma, ser tratados com negligência, é precipitado concluir que tal processo resultaria na dissolução do agrário, e na tendência a transformação uniformizadora das condições de vida no campo (CARNEIRO, 1998, p. 54).

O deslocamento da população do campo para as cidades possui, por um lado, relação direta com as condições apresentadas pelo campo, marcada pela grande concentração fundiária e a precariedade em termos de infraestrutura e equipamentos coletivos e, por outro, uma estreita ligação com o desenvolvimento econômico. Os avanços tecnológicos proporcionados pelo desenvolvimento econômico tornaram a vida daqueles que não tinham o acesso à tecnologia cada vez mais difícil. Para Endlich:

A vida rural, examinada de um ponto de vista conhecedor dos avanços realizados, significa uma situação humana em que a sobrevivência só é possível com muito trabalho. O resultado desse trabalho oferece o mínimo necessário para viver. (ENDLICH, 2009, p. 153).

As tecnologias existentes, muitas vezes, não chegam até o pequeno proprietário rural devido ao seu valor elevado. Muitas dessas tecnologias são desenvolvidas para grandes explorações, sendo pouco viáveis para as pequenas. Isso faz com que o pequeno proprietário e seus dependentes não sejam beneficiados pela evolução tecnológica, pelo contrário, tal evolução prejudica a reprodução do pequeno proprietário rural, tendo em

vista que quanto mais a tecnologia avança, mais o homem do campo fica atrasado do ponto de vista tecnológico, o que acaba forçando a sua emigração. Segundo Durhan:

Solicitados de um lado por novas necessidades, limitados de outro por uma tecnologia pobre, o homem do campo é objeto de tensões cada vez maiores, ante as quais a emigração se apresenta como uma das poucas soluções possíveis (DURHAN, 1978, p. 111).

Com o aumento das relações entre o campo e a cidade, o primeiro perdeu seu caráter autossuficiente, já que a cidade passou a influenciar cada vez mais em sua dinâmica (MONTE-MÓR, 2004). Nesse sentido, podemos dizer que a população do campo não dependia apenas de suas próprias forças para vencer a crise, já que a expansão do capitalismo no campo trouxe uma nova configuração econômica e social, o que acabou alterando a estrutura do processo produtivo. Devido à mecanização do campo, a necessidade de mão-de-obra foi reduzida e muitos trabalhadores rurais perderam seu emprego. De acordo com Santos:

A agricultura passa, então, a se beneficiar dos progressos científicos e tecnológicos, que asseguram uma produção maior sobre porções de terra menores. Os progressos da química e da genética, juntamente com as novas possibilidades criadas pela mecanização, multiplicam a produtividade agrícola, e reduzem a necessidade de mão-de-obra no campo (SANTOS, 1988, p. 43).

Para Endlich (2009, p. 61): “[...] a adoção de tecnologia tem provocado a necessidade, pela maioria da sociedade, de buscar nova inserção social, o que em geral implica mobilidade espacial”. A presença de tecnologia no campo aliado a outros fatores (urbanização, industrialização, dentre outros), enfraqueceu a dinâmica do meio rural e, por consequência, dificultou a permanência de seus moradores.

Sem muitas perspectivas econômicas para a permanência no campo, a saída encontrada pelos pequenos produtores foi o deslocamento em direção à cidade. Para Durhan (1978, p. 113): “O trabalhador abandona a zona rural quando percebe que ‘não pode mudar de vida’, isto é, que a sua miséria é uma condição permanente”. Dessa forma, pode-se concluir que sair da zona rural é a última opção e acontece quando o pequeno proprietário percebe que a sua situação é imutável.

A quebra do isolamento das comunidades rurais proporcionou o conhecimento de novas realidades aos moradores do campo, por isso eles passaram a ter consciência

da difícil situação em que se encontravam. A partir da conscientização de sua realidade, o homem do campo passou a vislumbrar a melhoria dessa realidade. Nesse sentido, Durhan (1978, p. 114) aponta que: “a percepção da necessidade de ‘melhorar de vida’ é decorrência de uma quebra do isolamento relativo e inclusão numa economia competitiva”.

O meio rural não apresentava as condições necessárias para o desenvolvimento econômico e social, enquanto o urbano possibilitava essas condições. Para Endlich (2009, p. 154): “Se o rural significa limitação, o urbano representa uma condição social em que, teoricamente, é possível superar a precariedade, ainda que tal superação se mantenha no plano das perspectivas otimistas”. Nesse sentido, trocar o campo pela cidade é a opção escolhida por boa parte dos moradores do campo para tentar melhorar suas respectivas situações, já que “nessas condições, a melhoria de vida só pode ser concebida como abandono desse universo e integração em um sistema diferente que ofereça melhores oportunidades” (DURHAN, 1978, p. 115). Diante desses fatos “[...] a migração para a cidade se torna compulsória” (DURHAN, 1978, p. 124).

Os baixos salários e a falta de garantia de trabalho são fatores que tornaram a vida do homem do campo um tanto quanto inconstante. Tais fatores dificultaram a reprodução do trabalhador e de sua família na zona rural. Por isso, a migração para a cidade com o intuito de conseguir um emprego urbano tornou-se objetivo principal de todos aqueles que buscavam condições melhores de vida.

Outro fator importante que ocorria nas cidades, e não era visto no campo, era a presença de instituições (sindicatos, organizações assistenciais). Tais instituições eram fundamentais no processo de ressocialização dos indivíduos que trocavam o campo pela cidade, pois, mesmo não participando ativamente, os indivíduos eram beneficiados “indiretamente através das reivindicações de classe, o que favorece o seu ajustamento, melhorando suas condições de vida e abrindo novas possibilidades de ascensão para as gerações subsequentes” (DURHAN, 1978, p. 125). A possibilidade de salários elevados, de assistência médica, de instrução para os filhos eram tidos como “vantagens” que a cidade proporcionava (DURHAN, 1978).

Esse deslocamento da população do campo para a cidade proporcionou uma nova configuração estrutural da população e da economia do país. De acordo com

Camargo (1968, p. 49): “não se pode deixar de atentar para importantes transformações de caráter estrutural implicadas nos deslocamentos rural-urbanos da população nas diversas regiões geoeconômicas”. Essa reconfiguração estrutural proporcionou transformações socioeconômicas na cidade e no campo, mesmo que com diferentes intensidades (DURHAN, 1978).

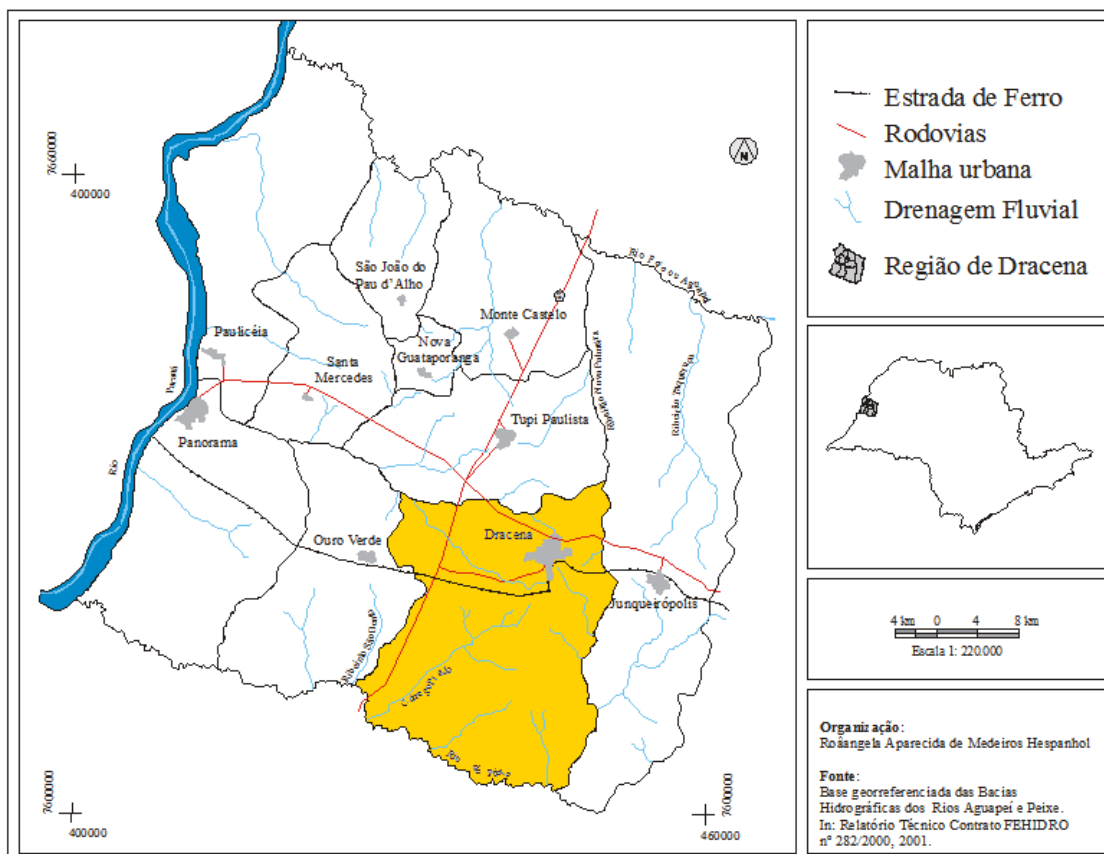
O padrão de consumo também foi alterado, já que a saída de população do campo para a cidade mudou a sua estrutura. Houve uma diminuição da produção de subsistência e, por consequência, um aumento das compras nos estabelecimentos comerciais. Tal processo foi evidenciado pelo aumento da demanda nos setores de comércio e serviços (ENDLICH, 2009). Esse processo contribuiu para acentuar “fortemente a divisão social do trabalho e a financeirização das relações sociais” (ENDLICH, 2009, p. 158).

Iniciadas em meados da década de 1960, as alterações estruturais no espaço rural brasileiro ainda estavam em vigor na década de 1980. É nesse contexto de instabilidade que ocorreu a crise do café da década de 1980. Tais alterações aliadas à crise da referida cultura proporcionaram um período de extrema dificuldade para os pequenos proprietários rurais do município de Dracena.

O declínio do café na região e no município de Dracena

Como já informado anteriormente, tanto a formação socioespacial como o crescimento econômico do município de Dracena (Figura 1) foram proporcionados pela expansão da cultura cafeeira para o Oeste do Estado de São Paulo. Tal situação fez com que o município estudado se tornasse extremamente dependente da referida cultura. No entanto, a crise do café da década de 1980 proporcionou um novo momento econômico para Dracena. Se até então o município experimentava os benefícios proporcionados pela cafeicultura, a partir da década de 1980 esse cenário foi alterado, já que Dracena passou a sofrer com os efeitos da crise do café.

Figura 1 - Localização do município de Dracena na Microrregião Geográfica de Dracena.



Fonte: Bispo (2007).

Foram vários os fatores que contribuíram para a desaceleração da cultura cafeeira na região e no município de Dracena. Além dos fatores mais gerais, como a conjuntura político-econômica nacional e internacional, também ocorreram fatores particulares da região, como o manejo inadequado do solo, as geadas e a proliferação de pragas e doenças (SEGATTI, 2009).

A decadência da cafeicultura trouxe consequências irreparáveis aos pequenos produtores rurais da região de Dracena, principalmente no que diz respeito ao aspecto econômico. Nesse contexto, a saída de parte da população, sobretudo dos mais jovens, do campo em direção à cidade tornou-se necessária e incentivada pelos mais idosos (VELOSO, 2011).

Não foi apenas o meio rural que sofreu alterações significativas, as cidades da região também sofreram as consequências e a região estagnou-se do ponto de vista

econômico. Segundo Gil (2008, p. 86): “[...] houve empobrecimento de boa parte da população, com a formação de bairros periféricos e pobres, evasão populacional elevada, estagnação do comércio e pouco dinamismo industrial [...]”. Como pode ser observado, o meio urbano também estagnou durante a crise. Esse processo culminou na reorganização do espaço geográfico, além de modificações na estrutura socioeconômica da região. Nesse contexto, Gil (2008, p. 91) constata que: “tanto o campo quanto a cidade passaram por um longo período de incertezas, com várias iniciativas isoladas e outras tantas incentivadas por cooperativas e associações, apoiadas pelo poder público municipal”.

Em meio a toda essa crise regional, algumas alternativas foram buscadas com o intuito de retomar o crescimento econômico. A solução vislumbrada pelas lideranças municipais e, principalmente, pela população, era a implantação de indústrias na região. Havia o ideário que as indústrias seriam a principal alternativa que poderia trazer de volta o crescimento econômico da região. Isso fez com que a população passasse a cobrar dos governos municipais a instalação de indústrias. Existia uma disputa entre os municípios para receber as indústrias. As prefeituras ofereciam isenção fiscal, terrenos, dentre outras vantagens, com o intuito de atrair as indústrias, porém:

Todo esse empenho, no entanto, não logrou os resultados esperados. Poucas indústrias interessaram-se por essa área, preferindo os polos regionais inseridos em mercados regionais mais dinâmicos e, principalmente, próximos à capital e à região metropolitana (GIL, 2008, p. 98).

Isso fez com que a região e, conseqüentemente, o município de Dracena vivessem um processo de estagnação econômica e evasão populacional durante a década de 1980 e parte dos anos de 1990, tendo em vista que as alternativas escolhidas não surtiram o efeito necessário para que a região voltasse a ter uma economia mais fortalecida.

A Tabela 1 evidencia o declínio da produção de café na região de Dracena. Como pode ser verificado, a produção de café na região passou por altos e baixos a partir da década de 1970. A partir da referida década, a incidência de geadas passou a assolar os cafezais da região. Se a década de 1970 foi marcada pelos fenômenos climáticos, a década de 1980 ficou marcada pela crise do café, porém esta se apresentava como um fenômeno mais complexo. Nesse sentido, além de fragilizados devido à sucessão de geadas na região, os produtores rurais de Dracena encontraram ainda mais dificuldades durante a década de 1980.

Tabela 1 – Produção de café na região de Dracena (1970 – 2012).

Anos	Área (ha)	Produção (sacas de 60 kg)	Anos	Área (ha)	Produção (sacas de 60 kg)
1970/71	53.843	1.106.200	1987	49.890	497.200
1972	56.380	573.980	1988	46.098	154.365
1973	54.705	658.710	1989	35.577	19.907
1974	54.970	773.670	1990	29.343	215.389
1975	55.960	1.040.983	2000/01	9.186	86.996
1976	59.780	1.200	2001/02	9.223	81.913
1977	57.090	310.410	2002/03	8.689	84.917
1978	48.890	52.800	2003/04	8.155	87.922
1979	60.650	615.550	2004/05	7.977	85.309
1980	63.080	521.190	2005/06	7.014	92.550
1981	61.670	615.140	2006/07	6.865	72.507
1982	59.690	220.787	2007/08	5.754	71.312
1983	57.986	319.302	2008/09	5.053	77.115
1984	58.140	343.320	2009/10	5.173	75.131
1985	55.190	430.400	2010/11	5.045	69.025
1986	49.200	52.800	2011/12	4.957	63.189

* Os dados não estão disponíveis entre os anos de 1991 e 1999.

Fonte: EDR de Dracena (1970 – 2012).

A partir da década de 2000, a região de Dracena passou por um processo de reestruturação produtiva⁵ que está em vigor até os dias atuais. Esse período é marcado pela introdução da cultura da cana-de-açúcar e da fruticultura. Apesar da importância da fruticultura na região, o espaço dedicado a esse tipo de atividade é menor que o espaço dedicado à cana-de-açúcar. Por isso, na atualidade, a cana-de-açúcar é a lavoura que mais substitui os espaços deixados pela cafeicultura e pela pecuária de corte, que também está em declínio na região (GIL, 2008).

Na Tabela 2, podemos observar as produções das principais lavouras de Dracena. O destaque fica por conta do aumento expressivo da produção de cana-de-açúcar, que entre 1990 e 2010, apresentou crescimento de 7.662%. As demais lavouras apresentaram produções bem menos expressivas do que a cultura canavieira.

Tabela 2 – Produção das principais lavouras do município de Dracena.

Tipo de lavoura	1990	1995	2000	2005	2010
	Quantidade (tonelada)	Quantidade (tonelada)	Quantidade (tonelada)	Quantidade (tonelada)	Quantidade (tonelada)
Café (grãos)	1.300	320	1.200	444	1.202
Amendoim	225	-	1.205	726	60
Cana-de-açúcar	12.731	14.300	-	125.155	988.191
Mandioca	440	9.000	240	2.747	1.440
Manga	60	240	4.473	2.592	1.116
Milho	2.160	6.000	4.320	4.320	2.568

(-) não consta.

Fonte: FIBGE – Produção Agrícola Municipal (1990, 1995, 2000, 2005 e 2010).

No período atual, a reprodução social do pequeno proprietário rural e de seus dependentes no campo está ainda mais difícil, tendo em vista que “a introdução das pastagens e, principalmente, da canavieira mecanizada, provocou significativa valorização das terras, inviabilizando, ainda mais, a agricultura familiar” (GIL, 2008, p. 53). A agricultura familiar oferece rendimentos menores que as terras que são arrendadas para a cultura canavieira. Desse modo, a referida cultura acaba proporcionando a valorização dessas terras, o que implica em dificuldades para a manutenção da agricultura familiar, já que esta forma de organização da produção apresenta-se menos rentável. Isso faz com que, cada vez mais, a cana-de-açúcar avance sobre os espaços que antes eram destinados à agricultura familiar.

A introdução da cultura canavieira proporcionou um processo de modernização da lavoura de cana-de-açúcar, porém, nem todas as atividades e nem todos os proprietários rurais contam com essa modernização. Apenas a cultura canavieira conta com esses aparatos tecnológicos mais modernos. Existe um contraste muito grande entre os pequenos proprietários rurais que não estão ligados à cultura canavieira e os grandes proprietários que arrendaram suas terras para a cultura canavieira. Enquanto os pequenos proprietários sofrem com a falta de informação, qualificação e tecnologia; os grandes proprietários que adotaram o cultivo da cana-de-açúcar experimentam as mais modernas tecnologias. Para Gil:

A modernização do campo apresenta-se bastante paradoxal. Propriedades com exploração *high tech* da cultura canavieira contrastam com sítios precarizados e de exploração subutilizada, além da baixa tecnificação predominante (GIL, 2008, p.108).

Como pôde ser observado, a região e o município de Dracena sofreram intensamente durante e após a crise do café da década de 1980. Depois de muitos anos de incertezas e estagnação econômica, a partir da década de 2000 a cultura canavieira se expandiu pela região, proporcionando assim, a reestruturação produtiva da região. Nesse contexto, a situação dos pequenos proprietários rurais se torna cada vez mais complicada, já que a expansão da cultura canavieira se apresenta como um obstáculo para o desenvolvimento das atividades agropecuárias relacionadas às pequenas propriedades rurais.

Os desdobramentos socioeconômicos da crise do café da década de 1980 nas pequenas propriedades rurais

Depois de algumas décadas de prosperidade proporcionada pela cultura cafeeira, a partir da década de 1980, os produtores rurais do município de Dracena começaram a passar por dificuldades, principalmente financeiras.

Segundo verificado, em entrevista, com o secretário municipal da Agricultura e Meio Ambiente (Sr. E. B.), grande parte dos pequenos proprietários do município de Dracena no período atual possuíam uma propriedade maior no início da década de 1980 e nas décadas anteriores, quando o café ainda era o carro-chefe da economia local. A dificuldade financeira enfrentada durante o referido período forçou-os a vender parte da propriedade rural para quitar as dívidas. De acordo com o entrevistado, atualmente, pequenas propriedades rurais já estão sendo arrendadas para o cultivo da cana-de-açúcar, o que evidencia que as atuais condições econômicas dos pequenos proprietários rurais continuam difíceis.

Outra consequência desse período foi a degradação ambiental das propriedades. O diretor do EDR de Dracena (Sr. L. A. P.) relatou que a busca por alternativas que viessem a suprir o espaço econômico deixado pelo café foi muito prejudicial ao meio ambiente, pois os produtores não conheciam as alternativas – como, por exemplo, o maracujá - que estavam adotando. O entrevistado afirmou que faltava conhecimento

para os produtores trabalharem com as novas culturas, pois estes conheciam apenas a cultura cafeeira e as que eram cultivadas por meio do consorciamento (milho, feijão, dentre outras). Essa situação contribuiu para a exaustão do solo, tendo em vista que o manejo do mesmo não era realizado da maneira correta. Para Gil:

O manejo inadequado dos recursos naturais, principalmente do solo, efetuado em áreas cuja caracterização ecológica demonstrava incompatibilidade com as práticas econômicas convencionais, acelerou a degradação ambiental, comprometendo a sustentabilidade futura (GIL, 2008, p. 12).

Em entrevista realizada com a presidente da Associação dos Produtores Rurais de Dracena (Sra. G. O. S. G), ela afirmou que apesar da melhoria econômica verificada com a adoção da fruticultura no município, a mudança mais significativa, principalmente no que diz respeito aos pequenos produtores rurais, ocorreu a partir da implementação das políticas públicas no município na década de 2000. A entrevistada destacou ainda que o município foi o primeiro do Estado de São Paulo a implementar o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos)⁶. Segundo Veloso:

Instituído como programa social, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem se firmado como importante instrumento de apoio à comercialização da produção agropecuária dos agricultores familiares no país. Esse programa tem gerado renda, incentivado e apoiado os agricultores a produzirem gêneros alimentícios de acordo com os hábitos alimentares locais e regionais, por meio do estabelecimento de preços superiores ao praticados no mercado e estimulado as formas coletivas de organização (VELOSO, 2011, p. 47).

De acordo com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dracena (Sr. A. F.), apesar das melhores condições proporcionadas pelas políticas públicas dos governos federal e estadual, a situação dos pequenos produtores da zona rural do município de Dracena ainda não é a ideal. Segundo o entrevistado, ainda existem muitas dificuldades, principalmente no que diz respeito à comercialização dos produtos.

Nas 21 propriedades pesquisadas, moravam 46 (48%) mulheres e 49 (52%) homens, num total de 95 moradores. A média por propriedade ficou em 4,5 pessoas. Apesar de o número de homens ser maior que o de mulheres, ainda existe certo equilíbrio. Isso ocorre muito em função da estrutura familiar encontrada nas pequenas propriedades rurais visitadas, em que é predominante a presença de casais.

Em sete casos (33%), existem propriedades que abrigam mais de uma família. Nessas situações, normalmente apenas alguns moradores se ocupam das atividades agrícolas, enquanto que os outros se dedicam a atividades não agrícolas, já que a rentabilidade proporcionada por uma pequena propriedade é insuficiente para manter mais de uma família.

De acordo com Graziano da Silva (1999), o espaço rural não pode mais ser definido apenas como sinônimo de atividade agrícola, pois na atualidade ele apresenta uma diversificação mais ampla em suas atividades e funcionalidades. Nesse sentido, Graziano da Silva reforça a importância das atividades não agrícolas na atual dinâmica populacional do meio rural brasileiro. Para o autor:

[...] o comportamento do emprego rural, principalmente dos movimentos da população residente nas zonas rurais, não pode mais ser explicado apenas a partir do calendário agrícola e da expansão/retração das áreas e/ou produção agropecuárias. O conjunto de atividades não agrícolas – tais como a prestação de serviços (pessoais, de lazer ou auxiliares das atividades econômicas), o comércio e a indústria – responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural brasileiro (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 28).

A faixa etária média dos moradores das pequenas propriedades rurais visitadas encontra-se em 43,3 anos. As mulheres apresentam a média de 42,2 anos, enquanto que os homens têm uma média um pouco mais elevada, com 44,5 anos.

No município de Dracena, o declínio da lavoura cafeeira é um dos principais fatores que contribuíram para permanência das pessoas com idade mais avançada no campo, já que a decadência da cafeicultura trouxe grandes problemas para a mão-de-obra. Durante o questionário aplicado aos pequenos proprietários rurais, a senhora M. A. R. R., afirmou que: “Depois da crise, a situação financeira ficou pior, por isso meus filhos saíram da zona rural”.

Os que ainda resistem no campo, normalmente, são os pais de família que possuem pequenas propriedades rurais. Os filhos, descontentes com a falta de oportunidades no meio agrícola e com a baixa remuneração, foram para a cidade em busca de novas oportunidades, enquanto que seus pais continuam na zona rural, motivados, principalmente, pela relação de identidade criada com o local. O grande problema é que mesmo “[...] aqueles jovens dispostos a prosseguirem no ofício de seus pais não encontram apoio necessário e políticas adequadas à sua permanência no espaço

rural” (FERRARI *et al.*, 2004, p. 265). Nesse contexto, as estratégias mais utilizadas pelos jovens filhos de agricultores são o trabalho fora da agricultura e a migração para a cidade. Segundo Ferrari *et al.*:

Num contexto onde os componentes da família não são absorvidos pela produção agrícola, a busca por trabalho fora do meio rural e, sobretudo, a migração passa a fazer parte das estratégias de vida dos jovens filhos de agricultores familiares. Estes veem nas cidades melhores condições para ganhar seu próprio dinheiro, maiores oportunidades para estudar e melhor remuneração do trabalho (FERRARI *et al.*, 2004, p. 265-266).

Entre os moradores das pequenas propriedades rurais pesquisadas, apenas 25 pessoas (26%) estão na faixa etária entre menos de um ano e 24 anos, que corresponde às crianças e jovens, o que evidencia a baixa presença destes no meio rural dracense.

Dentre as 21 pequenas propriedades visitadas, oito propriedades (38%) apresentaram apenas um casal como morador. Nessas propriedades, a faixa etária dos moradores é ainda maior, a média é de 57, 8 anos. Nesses casos fica evidente que os pais permaneceram na zona rural, enquanto que os filhos foram para a cidade em busca de melhores condições de vida. Mesmo os filhos que permaneceram no campo passaram a exercer atividades não agrícolas para ajudar no orçamento familiar. Tais situações tornaram-se frequentes durante e após a crise da cafeicultura da década de 1980. Em relação à referida crise, o pequeno proprietário A. S. N. nos relatou que: “Foi um período difícil. Meus filhos que trabalhavam na cidade ajudavam a nos manter no campo”. Com isso, podemos observar que desde aquela época o trabalho fora da propriedade já se mostrava importante para o complemento da renda, fazendo com que fosse possível a permanência de alguns membros da família no meio rural.

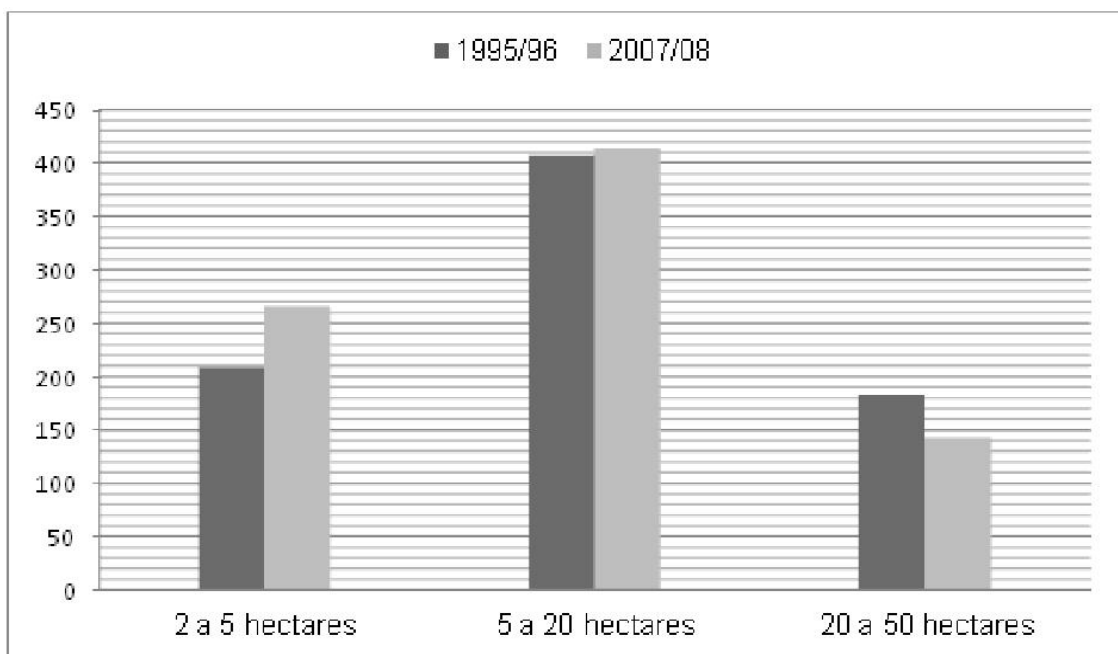
Para a grande maioria dos pequenos proprietários pesquisados, a crise do café da década de 1980 foi um período de extrema dificuldade econômica. A falta de recursos econômicos e de apoio governamental fez com que boa parte dos pequenos proprietários diminuísse a área plantada e, em alguns casos, a produção de café foi interrompida por tempo indeterminado. A respeito desse período, o pequeno proprietário A. S. L. afirmou que: “Era difícil, paramos de trabalhar com o café, e eu passei a ser assalariado”.

A redução territorial da propriedade se apresentou como alternativa para a permanência na zona rural, já que a venda de parte da propriedade servia para pagar as dívidas contraídas durante o período de crise. Entre as propriedades pesquisadas, sete

propriedades (33%) apresentaram redução em sua área durante ou após a crise do café da década de 1980.

A redução territorial das propriedades ocorre até os dias atuais. Enquanto os dados do LUPA referentes ao ano agrícola de 1995/96 mostram que existiam 407 unidades produtivas de 5 a 20 hectares, a pesquisa realizada em 2007/08 apontou que existiam 414 unidades produtivas entre 5 e 20 hectares. Também aumentou o número de unidades produtivas entre 2 e 5 hectares. No levantamento de 1995/96 existiam 208 unidades produtivas dessa dimensão, já no levantamento de 2007/08 esse número se elevou para 266. Na contramão dessa situação, estão as unidades produtivas com maior extensão territorial, como por exemplo, as que apresentam dimensão entre 20 e 50 hectares. De acordo com os dados do LUPA de 1995/1996, essas somavam 183, enquanto que o levantamento de 2007/2008 apontou que nesse ano agrícola o número havia diminuído para 143 unidades produtivas (Figura 2).

Figura 2 – Número de unidades produtivas entre 2 e 50 hectares no município de Dracena.



Fonte: CATI/LUPA 1995/96 e 2007/08.

Podemos avaliar que o aumento do número de unidades produtivas que possuem dimensão entre 2 e 20 hectares, ocorre, principalmente, devido à diminuição territorial das unidades que possuem área acima de 10 hectares. Nesse sentido, essas unidades produtivas acabam se fragmentando devido aos interesses econômicos dos pequenos proprietários ou devido à repartição da propriedade entre os filhos, no caso dos pequenos proprietários que possuem idade mais avançada ou que já vieram a falecer. Segundo apurado no trabalho de campo, essas pequenas propriedades que se fragmentam acabam gerando novas pequenas unidades produtivas, tendo em vista que os grandes proprietários, na grande maioria dos casos, não se interessam por essas pequenas porções de terra.

Nesse contexto, podemos concluir que a redução territorial da propriedade foi uma alternativa adotada por alguns pequenos proprietários durante e após o período de crise e, que essa alternativa permanece até os dias atuais, já que as condições para a reprodução social dos pequenos proprietários e de seus familiares no campo continuam difíceis. Nesse sentido, a venda de parte da propriedade aparece como solução momentânea para saldar as dificuldades financeiras.

Atualmente a produção agropecuária dos pequenos produtores rurais de Dracena encontra-se diversificada, com destaque para o setor hortifrutigranjeiro e para a pecuária leiteira. Entre os pesquisados, ainda existem quatro pequenos proprietários (19%) que cultivam o café, porém apenas um se dedica integralmente à referida cultura. Nas outras propriedades, o café cresce sem cuidados (Figura 3), já que a dedicação exclusiva a essa atividade não é viável, tendo em vista que ela não apresenta renda mensal, além de ser um cultivo onde sua produção só é significativa a cada dois anos.

Figura 3 – Plantação de café abandonada na zona rural de Dracena.

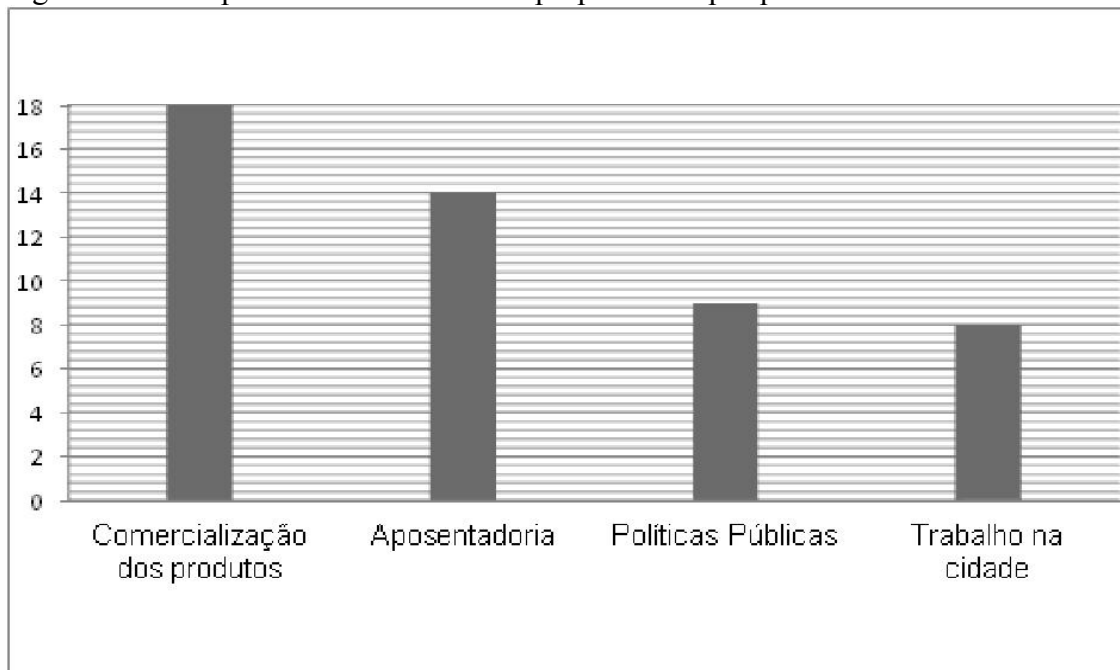


Fonte: Trabalho de Campo (Julho de 2012).

Mesmo não apresentando muita dedicação ao café existente na propriedade, três pequenos proprietários entrevistados atribuíram à comercialização dessa produção como uma de suas fontes de renda, enquanto que um pequeno proprietário rural utiliza o café produzido apenas para o consumo familiar.

A comercialização dos produtos da propriedade responde por grande parte da renda dos pequenos proprietários, pois das 21 pequenas propriedades rurais visitadas, 18 (85,7%) comercializam seus produtos. Nesse sentido, podemos avaliar que a comercialização da produção ainda aparece como o principal meio de renda para os moradores das pequenas propriedades pesquisadas (Figura 4).

Figura 4 – Principais fontes de renda das propriedades pesquisadas



Fonte: Trabalho de Campo (Julho de 2012).

Como podemos notar na Figura 4, na sequência aparece a renda proveniente da aposentadoria. Esse benefício social se mostrou extremamente importante, já que 14 (66,6%) pequenos proprietários rurais informaram possuir esse recurso como componente de seu orçamento familiar. A renda advinda da aposentadoria se apresenta como uma estratégia que contribui para a permanência dos beneficiados e de seus familiares na zona rural (Godoy *et al*, 2010).

A renda oriunda das políticas públicas aparece em terceiro lugar entre as fontes de renda mais citadas, pois nove, ou seja, 42,8% dos pequenos proprietários entrevistados informaram participar do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), o que ressalta a importância do programa para os pequenos proprietários. No entanto, percebemos a falta de divulgação do programa, tendo em vista que alguns pequenos proprietários pesquisados não sabiam da existência do mesmo e nem de outras políticas públicas. A falta de conhecimento sobre algumas políticas públicas, não se restringiu apenas aos pequenos proprietários que não participam da APRD, já que alguns associados também afirmaram desconhecer algumas políticas.

Em quarto lugar, o trabalho na cidade também se mostrou com importância significativa, já que em oito pequenas propriedades (38%) há membros da família que exercem atividades urbanas, como o trabalho no comércio e a prestação de serviços em residências. Essa quantidade talvez fosse maior se o número de jovens residindo no campo também fosse maior. Verificou-se que o trabalho na cidade ocorre em seis (85,7%) das sete pequenas propriedades que abrigam jovens com idade entre 16 e 24 anos. Segundo os pequenos proprietários, esses jovens trabalham na cidade porque não possuem o interesse de se dedicar ao trabalho agrícola. Para Godoy *et al*:

O meio rural nos dias atuais não apresenta atrativos para a permanência dos jovens no campo, seja pela falta de atividades que proporcionem uma renda atrativa; falta de entretenimentos; dificuldades para o acesso do ensino escolar; insatisfação com o rendimento obtido na agricultura; a penosidade e a imagem negativa do trabalho agrícola e falta de lazer, colaboram para que o meio rural não apresente atrativos para a permanência dos jovens e em consequência teremos o envelhecimento e a masculinização do meio rural (GODOY *et al*, 2010, p. 3).

A combinação de atividades agrícolas com atividades não agrícolas em uma mesma família se torna cada vez mais frequente no meio rural. Tal combinação é denominada como pluriatividade. De acordo com Schneider:

[...] o termo pluriatividade tem sido utilizado para descrever o processo de diversificação que ocorre dentro e fora da propriedade, bem como apontar a emergência de um conjunto de novas atividades que tomam lugar no meio rural (SCHNEIDER, 1999, p. 184).

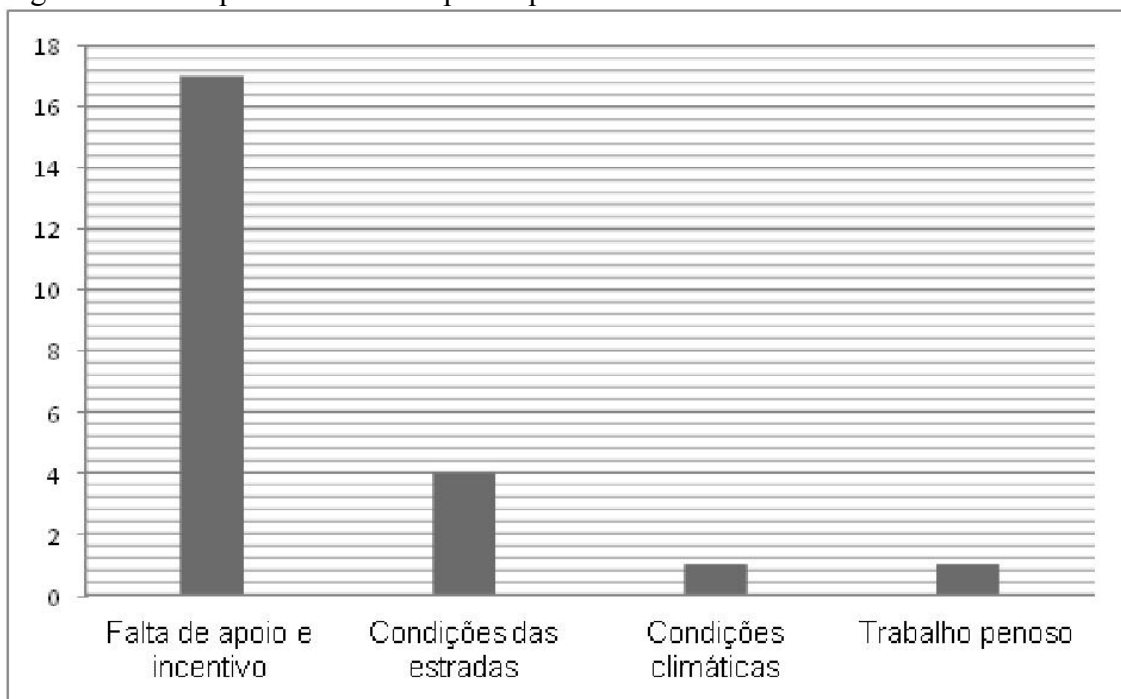
Ainda de acordo com Schneider (1999), o número de pequenas propriedades rurais que abrigará um trabalhador não agrícola ou, que ao menos dedicará uma parte de seu tempo a atividades não agrícolas, aumentará cada vez mais.

No que diz respeito à situação econômica atual das pequenas propriedades rurais do município, 14 (67%) pequenos proprietários afirmaram que a situação é difícil e sem perspectivas de melhoria. Esses pequenos proprietários se mostraram bastante desanimados. Sobre a situação econômica das pequenas propriedades, a proprietária L. R. B. apontou que: “[...] muita gente está desanimada com a situação atual. O pessoal só fala em deixar o campo”. Os outros sete (33%) pequenos proprietários se mostraram, de certo modo, satisfeitos com as condições atuais das pequenas propriedades, sobretudo se comparado ao momento vivido durante as décadas de 1980 e 1990. Nesse sentido, a

pequena proprietária A. M. S. S. relatou que: “Antigamente era muito ruim, hoje em dia as coisas estão melhores. O governo está incentivando mais nossa permanência no campo e as políticas públicas ajudam nisso”.

Como destacado na Figura 5, as maiores dificuldades citadas para a permanência na zona rural foram a falta de apoio e incentivo governamental para produzir e comercializar a produção, que foi apontada por 17 (80,9%) proprietários e as condições das estradas, que foi citada por quatro (19%) proprietários. Um pequeno proprietário ainda afirmou que são as condições climáticas e outro citou o trabalho penoso como principal empecilho para a permanência no campo.

Figura 5 – Principais dificuldades para a permanência na zona rural.



Fonte: Trabalho de Campo (Julho de 2012).

Apesar das dificuldades, 18 (86%) pequenos proprietários afirmaram que não pretendem sair do campo, enquanto que apenas 3 (14%) pretendem deixar a zona rural. Essa situação pode ser decorrente da proximidade com a cidade em que os pequenos proprietários pesquisados se encontram, já que a média verificada foi de cerca de três quilômetros. Além da proximidade, a melhoria das condições de vida no campo, a relação de afetividade com o lugar, a vida tranquila no campo e o baixo custo de vida

também aparecem como fatores que ajudam na permanência dos pequenos produtores na zona rural. No que diz respeito à afetividade, observamos que essa relação de apego a terra pode ser ocasionada em virtude de diversos fatores, tais como: tempo em que esses pequenos proprietários residem na área rural; fato de a propriedade ter sido herança; e, compra da propriedade a partir de muito trabalho e esforços da família.

Considerações finais

Iniciadas em meados da década de 1960, as alterações estruturais no espaço rural brasileiro ainda estavam em vigor na década de 1980. É nesse contexto de instabilidade que ocorreu a crise do café da década de 1980. Tais alterações aliadas à crise da referida cultura proporcionaram um período de extrema dificuldade para os pequenos proprietários rurais do município de Dracena, tendo em vista que a referida localidade era extremamente dependente da cultura cafeeira.

A economia do município ficou estagnada durante duas décadas (1980 e 1990). Essa situação só foi alterada a partir da década de 2000, após a expansão da cana-de-açúcar na região. Apesar do incremento econômico proporcionado pela lavoura canavieira, esta atividade ainda gera muitas divergências, principalmente no que diz respeito à expansão da área que vem se destinando a essa monocultura.

Na medida em que a cultura canavieira se expande, os pequenos proprietários rurais encontram cada vez mais dificuldades para continuar produzindo, já que a expansão da cana-de-açúcar se apresenta como um obstáculo para o desenvolvimento das atividades agropecuárias relacionadas às pequenas propriedades.

Tal situação faz com que o arrendamento de pequenas propriedades para o cultivo da cana-de-açúcar já seja realidade no município. Essa situação faz com que o valor das terras rurais de Dracena seja ditado pelos interesses dos usineiros. Nesse sentido, os empresários do setor sucroalcooleiro aparecem como grandes sujeitos do espaço rural dracense, enquanto os pequenos proprietários e suas propriedades figuram como meros coadjuvantes.

Não desconsideramos a importância da cultura canavieira para o município estudado, já que essa atividade foi extremamente importante para o revigoramento da economia local. O que nos preocupa é a situação dos pequenos proprietários rurais, que

a partir dos relatos dos próprios pesquisados, se sentem abandonados pelo poder público, principalmente no que diz respeito ao apoio para produzir.

Durante a década de 2000, além do revigoramento da economia local em virtude da expansão da cana-de-açúcar, também verificamos a melhoria das condições oferecidas aos pequenos proprietários rurais. A partir dessa década, as políticas públicas implementadas pelos governos federal e estadual passaram a atender as necessidades dos pequenos proprietários com maior eficiência.

Apesar da existência de políticas públicas, como o PAA, notamos que alguns pequenos proprietários desconhecem-nas. O que nos surpreendeu foi que até alguns pequenos proprietários que participam da APRD desconhecem algumas políticas públicas que são implementadas por meio dessa organização coletiva. Nesse sentido, acreditamos que se tais políticas públicas fossem divulgadas de uma maneira mais eficaz, o número de pequenos proprietários descontentes com a falta de apoio governamental seria menor.

Acompanhando a tendência mundial, o envelhecimento da população aparece como característica dos produtores rurais do espaço rural dracênense. Notamos, também, que devido à idade avançada dos moradores da zona rural, a renda advinda da aposentadoria se torna cada vez mais significativa para eles, suas famílias e a economia local, como vários trabalhos já têm demonstrado. Outra característica verificada e que está atrelada ao envelhecimento da população rural, é a condição pouco favorável para os jovens se dedicarem as atividades do campo. Identificamos que o desinteresse dos jovens pelo trabalho agrícola é uma realidade, o que reforça a tendência de que a população do campo que se dedica as essas atividades agrícolas diminua crescentemente. Nesse sentido, o trabalho não agrícola se apresenta cada vez mais importante para o incremento do orçamento familiar.

Muitos pequenos proprietários pesquisados se mostraram insatisfeitos com as atuais condições para a realização das atividades agropecuárias, entretanto, poucos disseram que pretendem sair do campo. Tal situação pode ser explicada pela melhoria das condições de vida no campo, além de outros fatores, tais como: baixo custo de vida, relação de afetividade com o lugar, tranquilidade da vida no campo, propriedade localizada próxima à cidade, dentre outros.

Apesar da melhoria verificada a partir da década de 2000, as condições dos pequenos proprietários rurais ainda não são as ideais, sobretudo no que se refere às atividades agropecuárias. Nesse sentido, entendemos que a atuação e a articulação dos governos federal, estadual e municipal são imprescindíveis para que as políticas públicas sejam eficientes, proporcionando assim, condições dignas para a reprodução socioeconômica dos pequenos proprietários e de seus dependentes na zona rural.

Notas

¹ O presente trabalho faz parte das discussões efetuadas na Monografia apresentada junto ao Curso de Graduação em Geografia da FCT/UNESP para obtenção do título de Bacharel em Geografia pelo primeiro autor sob a orientação do segundo.

² Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Diretor do Escritório de Desenvolvimento Rural de Dracena, Presidente da Associação dos Produtores Rurais de Dracena e Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dracena.

³ Alguns trechos dos questionários abertos aplicados junto aos pequenos proprietários rurais pesquisados foram transcritos para o texto.

⁴ Esse número corresponde a 5% do total de propriedades rurais do município de Dracena que possuem área entre 5 e 20 hectares.

⁵ Baseando-se no trabalho de Alves (2007), entendemos por reestruturação produtiva, o processo que visa buscar novas estratégias produtivas com o intuito de manter os níveis de acumulação satisfatórios para o sistema capitalista.

⁶ O PAA foi instituído pelo artigo 19 da lei nº. 10.696, de 10 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº. 6.447, de 07 de maio de 2008 (VELOSO, 2011, p.47).

Referências bibliográficas

ALVES, G. **Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. 2. ed. Londrina: Praxis, 2007.

ARAÚJO, F. A. V.; OLIVEIRA, H. C. M.; SOUZA, M. V. M.; SOARES, B. S. Entre o Campo e a Cidade: discussões acerca da relação campo-cidade no município de Uberlândia (MG). **Campo-Território**. Uberlândia: Edufu v. 3, n. 5, p. 113-133, fev. 2008.

BISPO, R. C. **Crise da cafeicultura, alternativas e políticas públicas no município de Dracena/SP**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). 2007. 90. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2007.

CAMARGO, J. F. de. **A cidade e o campo: o êxodo rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Buri, 1968.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-75, out. 1998. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/onze/zeze11.htm>> Acesso em: 21 dez. 2011.

DAMIANI, A. L. Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos. In: LEMOS, A. I. G. de; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: CLACSO, 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/08damiani.pdf>> Acesso em: 18 jul. 2011.

DURHAN, E. R. **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades**. São Paulo: UNESP, 2009.

FERRARI, D. L; ABRAMOVAY, R; SILVESTRO, M. L; MELLO, M. A. de; TESTA, V. M. Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir?. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, ano 12, v. 02, p. 237-271, out. 2004.

GIL, I. C. **Nova Alta Paulista: 1930 – 2006: do desenvolvimento contido ao projeto político de desenvolvimento regional**. São Paulo: Scortecci, 2008.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. 2. Ed. Campinas: UNICAMP, 1999.

GODOY, C. M. T; PÉREZ, F. I. C; WIZNIEWSKY, J. G; GUEDES, A. C; MORAES, C. S. Juventude rural, envelhecimento e o papel da aposentadoria no meio rural: a realidade do município de Santa Rosa/RS. In: 48º Congresso da SOBER, Campo Grande, 2010. **Anais eletrônicos**. 2010. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/714.pdf>> p. 1-18. Acesso em: 06 set. 2012.

MONTE-MÓR, R. L. A Relação Urbano-Rural no Brasil Contemporâneo. In: **II SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**. Santa Cruz do Sul: Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional/UNISC, 2004. p. 1-26.

PORTELA, F. **Êxodo rural e urbanização**. São Paulo: Ática, 1995.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008**. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>>. Acesso em: 20 jul. de 2012.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1999.

SEGATTI, S. **A expansão da agroindústria sucroalcooleira e a questão do desenvolvimento da Microrregião de Dracena – SP**. 2009. 153 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

VELOSO, F. **Políticas Públicas no Município de Junqueirópolis (SP): o PRONAF e o PAA**. 2011. 249 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

Recebido em 15/05/2013 Aceito para publicação em 29/01/2014.
